

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.422.339 - RS  
(2018/0344772-2)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**AGRAVANTE : SAMUEL DE OLIVEIRA VACARI**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**DECISÃO**

**SAMUEL DE OLIVEIRA VACARI** se insurge contra a decisão que inadmitiu seu recurso especial, interposto com fulcro no art. 105, III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão prolatado pelo **Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul**.

O agravante, condenado por crime de posse irregular de arma de fogo, afirma que a prova que lastreou sua condenação é ilícita, pois derivada de ingresso forçado de policiais em seu domicílio. Aponta a violação dos arts. 157, *caput* e § 1º do CPP e 376, II, do CPP e busca sua absolvição.

Foi negado seguimento ao recurso especial (Súmula n. 83 do STJ). Nas razões desse agravo, a parte sustenta que não havia fundadas razões para reconhecimento de situação de flagrância, razão pela qual o aresto impugnado não está em conformidade com a jurisprudência sobre o tema.

O Ministério Público Federal opinou pelo **não provimento** do agravo.

**Decido.**

O agravo é tempestivo e infirmou os fundamentos da decisão agravada.

Entretanto, *in casu*, o ingresso em domicílio sem mandado judicial decorreu de situação de flagrante delito. Não prospera a tese de violação dos arts. 157, *caput* e § 1º do CPP e 376, II, do CPP, uma vez que, de acordo com o enquadramento fático do aresto, policiais avistaram o agravante "**manuseando armas de fogo no terraço do imóvel**" (fl. 444, destaque).

Havia elemento seguro que evidenciava a prática delitiva dentro do domicílio, o que tornava dispensável a autorização judicial para o ingresso no local pelos policiais. Está correta a incidência da Súmula n. 83 do STJ, pois, consoante a jurisprudência desta Corte:

1. O Supremo Tribunal Federal definiu, em repercussão geral, que o ingresso forçado em domicílio sem mandado judicial apenas se revela legítimo - a qualquer hora do dia, inclusive durante o período noturno - quando amparado em fundadas razões, devidamente justificadas pelas circunstâncias do caso concreto, que indiquem estar ocorrendo, no interior da casa, situação de flagrante delito (RE n. 603.616/RO, Rel. Ministro Gilmar Mendes, DJe 8/10/2010). 2. Assim, o ingresso regular em domicílio alheio depende, para sua validade e regularidade, da existência de fundadas razões (justa causa) que sinalizem para a possibilidade de mitigação do direito fundamental em questão. É dizer, somente quando o contexto fático anterior à invasão permitir a conclusão acerca da ocorrência de crime no interior da residência é que se mostra possível sacrificar o direito à inviolabilidade do domicílio.

[...]

(AgRg no REsp n. 1.751.873/MT, Rel. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, 5ª T., DJe 10/12/2018).

A posse de arma de fogo é crime permanente e está em flagrante aquele que o pratica em sua residência. Legítima, portanto, foi a entrada de policiais para fazer cessar a prática ilícita, independentemente de mandado judicial, uma vez que, no caso, existiam elementos suficientes de probabilidade delitiva (justa causa).

À vista do exposto, com fundamento no art. 932, VIII, do CPC, c/c o art. 253, parágrafo único, II, "b", parte final, do RISTJ, **conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.**

Em tempo, determino o envio de cópia dos autos ao Juízo da condenação, para o início da execução da pena imposta ao agravante. A determinação deve ser desconsiderada caso o réu cumpra, atualmente, a reprimenda.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ

Relator

